



AS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU EM MOVIMENTO

THE WOMEN BABASSU COCONUT BREAKERS IN MOTION

Andressa Veras de Carvalho

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

João Paulo Macêdo

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

Este artigo busca recompor a trajetória de constituição do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), apresentando os principais elementos presentes nos caminhos percorridos pelas mulheres quebradeiras acerca da organização do movimento, assim como evidenciando suas lutas, conquistas e os atuais desafios. Nesse sentido, observamos como o MIQCB surgiu em um momento de grande efervescência política, no período da redemocratização do país, e contou com a colaboração de inúmeros atores e instituições, mas enfatizamos que a sua organização nasceu do próprio cotidiano das mulheres que realizavam o trabalho extrativista em grupos. Por meio do MIQCB, as quebradeiras de coco tiveram muitas conquistas frente às suas experiências de exclusão, invisibilidade, luta e resistência, mas por outro lado, também são muitos os desafios que elas ainda têm que enfrentar frente ao avanço do capital sobre os territórios e os modos de vida dos povos dos campos e das florestas.

PALAVRAS-CHAVE: Povos e comunidades tradicionais. Quebradeiras de coco babaçu. Movimento social.

ABSTRACT

We seek to recompose the trajectory of the Interstate Movement of Babassu Coconut Breakers (MIQCB), presenting the main elements present in the paths taken by coconut breakers about the organization of the movement, highlighting their struggles, achievements and current challenges. We observed how the MIQCB emerged during the period of the great political effervescence of the country's re-democratization, and counted on the collaboration of numerous actors and institutions, but we emphasize that its organization was born of the daily life of the women who did the work extractive in groups. Through MIQCB, coconut breakers have had many achievements in the face of their experiences of exclusion, invisibility, struggle and resistance, but on the other hand, there are also many challenges that they still have to face in the face of the advance of capital on the territories and ways of life of the people of the fields and the forests.

KEYWORDS: Indigenous people. Babassu Coconut Breakers. Social movement.



1 INTRODUÇÃO

O Brasil costuma ser amplamente reconhecido pelas suas riquezas naturais como também pela pluralidade étnico-cultural de seu povo, abrangendo uma diversidade de modos de vida que, de acordo com Diegues (2008), podem ser considerados como tradicionais, entre os quais estão os povos indígenas, os remanescentes de quilombo, caiçaras, quebradeiras de coco babaçu, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, e inúmeros outros. Apesar dessa grande riqueza sociocultural, tais povos permaneceram historicamente invisíveis diante da sociedade e das instâncias governamentais, silenciados pela falta de ações ou políticas públicas que reconhecessem seus modos de vida diferenciados, o que os deixou sujeitos a diversos tipos de violência e exploração.

Somente em 2007, após intensa luta e resistência dos movimentos sociais organizados pelos povos tradicionais, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto nº 6040/2007, com o objetivo de promover o reconhecimento, o fortalecimento e a garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007). Consideramos essa política um importante marco no tocante ao reconhecimento dos diferentes modos de vida tradicionais e na luta pela garantia de seus direitos. No entanto, isso não significa que estes estejam sendo efetivamente garantidos no cotidiano dessas populações, que ainda enfrentam questões primordiais, como a luta pelo acesso à terra, à saúde, à educação, entre outras condições básicas para a sua permanência em seus territórios e a preservação de sua identidade cultural (SILVA, 2007).

Um dos movimentos sociais articulados por comunidades tradicionais que merece destaque é o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), organizado por mulheres oriundas dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, que se articularam em torno de reivindicações comuns e promoveram um primeiro grande encontro em 1991, a partir do qual o movimento veio a se fortalecer, integrando inclusive a comissão nacional que ajudou a construir e implementar a PNPCT. Esse movimento teve base no próprio cotidiano das mulheres. Assim, deve ser enfatizado que as próprias atividades realizadas em grupo pelas quebradeiras, como a caminhada até os babaçuais e a coleta e quebra do coco babaçu, propiciaram o surgimento de novas formas de organização e grupos de apoio mútuo, que desembocaram na criação do movimento das quebradeiras. Nesse sentido, podemos dizer que



este é marcado por complexas redes de sociabilidades das quais fazem parte associações, clubes e cooperativas que lutam em diversas frentes, como pela preservação dos babaçuais, pela terra, por políticas públicas e pela equidade de gênero e étnico-racial (BARBOSA, 2013b).

As conquistas do movimento ao longo de seu percurso foram deslocando as mulheres do espaço da sujeição em que sua atividade era menosprezada por seus companheiros e desvalorizada pelo mercado para o espaço de protagonismo que transformou as quebradeiras em um dos movimentos de mulheres camponesas mais reconhecidos no país (VEIGA; PORRO; MOTA, 2011). No entanto, as mulheres ainda enfrentam inúmeros obstáculos, desde a questão fundamental do acesso à terra e aos babaçuais que ainda perdura, especialmente em razão do avanço do agronegócio, até a inexistência de políticas e ações de saúde, de educação, fundiárias, econômicas que contemplem seus modos de vida singulares, bem como os múltiplos atravessamentos que permeiam suas histórias de vida, como questões de gênero, étnicorraciais e de classe social, para citar alguns.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo recompor a trajetória de constituição do MIQCB na perspectiva de evidenciar os principais elementos presentes nas trilhas percorridas pelas mulheres em torno da organização do movimento, suas principais lutas, conquistas e os desafios que se colocam atualmente. Este estudo integra um dos capítulos teóricos da dissertação de Mestrado da primeira autora, que contam com a orientação do segundo autor deste trabalho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela Universidade Federal do Piauí.

2 DO TEMPO DO COCO PRESO AO TEMPO DO COCO LIVRE: o contexto de organização do movimento interestadual de quebradeiras de coco

O contexto no qual o movimento de mulheres quebradeiras de coco foi gestado faz parte de um cenário maior que atravessava o país na década de 1980, no período de redemocratização e ebulição de movimentos sociais, e que contribuiu para o fortalecimento de diversos movimentos de mulheres no campo. Esses movimentos, conforme Aguiar (2016) destaca, articularam-se a outros segmentos sociais, que podem ser incluídos nos chamados “novos movimentos sociais”, que emergiram no esforço de fazer convergir os diversos interesses de muitos segmentos da população e reivindicar espaços de expressão política. Nesse processo, alguns vetores de influência e aliança podem ser destacados, como a Igreja, por intermédio das



Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais, o novo sindicalismo e a atuação do movimento feminista.

Essa articulação com setores da Igreja foi um fator importante na organização das mulheres quebradeiras de coco, por meio do contato que mantinham com padres e missionários, das CEBs, e de organizações como a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e a Comissão Pastoral da Terra. Essas entidades realizavam ações junto às mulheres, principalmente durante momentos de conflitos (BARBOSA, 2013b). Outro ponto pertinente diz respeito ao “novo sindicalismo” que emergiu no bojo das lutas pela redemocratização do país, como um movimento contestatório da estrutura organizacional dos sindicatos de trabalhadores rurais, de caráter tradicionalmente masculino. As mulheres foram gradualmente se deslocando da condição de “esposa do trabalhador”, para a conquista do seu reconhecimento enquanto trabalhadora rural, assumindo um protagonismo político, apoiadas em estratégias organizativas e de participação política (PIMENTA, 2012).

A partir de então, as mulheres rurais conseguiram ampliar suas estratégias de luta através da emergência de formas organizativas próprias. Nesse cenário, muitos movimentos de mulheres do campo procuraram se articular no interior do sindicalismo, mas aos poucos foram conseguindo independência em relação ao movimento sindical, assim também como em relação à Igreja, tornando-se autônomas, embora mantivessem alianças com alguns segmentos desses espaços. Mas também foram surgindo movimentos que se organizaram por caminhos próprios, por vezes mantendo laços com o sindicalismo, mas com autonomia em relação a ele, como foi o caso das quebradeiras de coco babaçu (AGUIAR, 2016).

O embrião do movimento pode ser localizado na microrregião do Médio Mearim, no estado do Maranhão. Nessa região, os conflitos em defesa dos babaçuais impeliram a mobilização de mulheres e homens trabalhadores rurais pelo direito à sobrevivência e também à terra. Os conflitos de terra, que já eram frequentes no Maranhão, foram agravados em razão da chamada Lei Sarney de Terras, de 1969, que incentivou a privatização das terras públicas bem como a implantação de projetos agropecuários, dificultando o acesso das famílias à terra, que se estendeu também aos babaçuais. Nas décadas subsequentes, fazendeiros e grileiros passaram a proibir a extração do babaçu, o que desencadeou forte resistência por parte dos trabalhadores. Essa luta significou não só a própria sobrevivência das famílias como também foi uma luta contra a violência imposta aos seus modos de vida (BARBOSA, 2006, 2013a).

A partir da institucionalização das cercas através da Lei de Terras, como argumenta Antunes (2006), um novo modelo agrícola começou a se desenvolver, assentado em três características básicas: a formação de grandes propriedades por meio da distribuição pelo



Estado de grandes extensões de terras devolutas, com a conseqüente expulsão ou desapropriação dos ocupantes; a forte presença do Estado na concessão de incentivos fiscais e crédito para a instalação de fazendas, relegando o extrativismo do babaçu ao esquecimento pelas políticas estatais; e a exploração da terra voltada para a agricultura de exportação e para a pecuária, com o predomínio da grande propriedade privada e a concentração de terras.

Mas as mulheres não assistiram passivamente a esses acontecimentos, e passaram a organizar estratégias de resistência ativa contra a expropriação, a violação de direitos e as sujeições que sofriam. Andrade (2005) identificou a partir de três formas principais: o mutirão, o empate e a greve. De acordo com a autora, os mutirões foram uma resposta às imposições que vinham sofrendo dos proprietários de terra, como a quebra de meia, por meio da qual as mulheres eram obrigadas a entregar metade das amêndoas, até a construção de cercas de arame, que dificultavam a entrada das mulheres para coletar o coco. Então, as mulheres, junto a homens e crianças, começaram a se organizar em mutirões e entrar nas áreas das fazendas, quebrando todo coco que encontrassem.

Em represália aos mutirões, os fazendeiros passaram a derrubar os babaçuais, e foi então que surgiram os chamados empates quando as mulheres começaram a se organizar e fazer frente àqueles responsáveis pela derrubada das palmeiras para impedir que isso acontecesse. No entanto, nem sempre os empates funcionavam, e as mulheres começaram a sofrer violência, momento em que houve uma passagem para o estado denominado de greve, que significava que a luta tinha se agravado, adquirindo um caráter mais pesado, envolvendo confrontos diretos, inclusive com mortes e prisões (ANDRADE, 2005; FIGUEIREDO, 2005). Além disso, Barbosa (2013b) destaca o atravessamento de gênero que marcava os conflitos nos quais as quebradeiras de babaçu estavam envolvidas, onde as ameaças às palmeiras e às próprias mulheres eram materializadas em figuras masculinas, seja o fazendeiro, o grileiro ou o capataz.

Esse período é conhecido pelas mulheres como o “tempo do coco preso” que se refere ao momento de ocupações de terras por fazendeiros e grileiros e ao início dos cercamentos, acirrando os conflitos (BARBOSA, 2006), e foi exigindo das quebradeiras de coco babaçu uma nova postura frente a essa nova realidade que lhes foi imposta, onde a escassez de terras e o impedimento ao extrativismo do babaçu foram alinhavando a necessidade de organização política e social por parte das mulheres (REBELO, 2012). Foi nesse contexto que as quebradeiras de coco babaçu criaram um grupo de estudos, que promoviam reuniões e encontros na região do Médio Mearim, plantando as sementes do movimento que viria se constituir mais adiante. Esse grupo de estudos foi apoiado pela Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA), da qual participavam trabalhadores rurais



e assessores técnicos, com o objetivo de atender às demandas de agricultores e extrativistas naquela região, através de assistência técnica e jurídica para associações e cooperativas de trabalhadores (BARBOSA, 2013a).

Não obstante o apoio da ASSEMA para os grupos de quebradeiras de coco, Ayres Júnior (2007) revela que inicialmente não havia espaço nessa associação para o debate acerca das condições particulares que as mulheres vivenciavam. O objetivo delas era reunir o maior número de quebradeiras de coco a fim de conhecer outras realidades, o que aconteceu a partir das reuniões de sindicatos, onde algumas delas puderam estabelecer contato com quebradeiras de coco de outras regiões do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, descobrindo semelhanças em suas demandas e reivindicações. Os contatos iniciais entre as quebradeiras de diferentes lugares revelaram não só o conhecimento dessas outras realidades como também levantou a questão das condições de vida das quebradeiras de coco e de suas estratégias de superação da sua condição social, convergindo para a realização do I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, em 1991, em São Luís, no Maranhão.

Nesse encontro, de acordo com Almeida (1995), houve a participação de mais de 250 mulheres, entre quebradeiras de coco e assessoras do movimento. No mesmo ano do I Encontro, houve a criação da Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, que, em 1995, passou a se chamar Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Este movimento foi organizado em seis regionais, sendo três delas no estado do Maranhão e as outras divididas entre Piauí, Pará e Tocantins, rompendo, assim, com as conformações geográficas usuais (BARBOSA, 2006, 2013b).

3 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO “QUEBRADEIRAS DE COCO”: entre conquistas e desafios

Na sua caminhada marcada por constantes lutas, como indica Barbosa (2006), as quebradeiras de coco babaçu conseguiram alguns ganhos importantes para fortalecer o movimento, como o rompimento da “fronteira do espaço vivencial dessas mulheres” (p. 40), considerando o movimento alçado por elas de deslocamento do âmbito privado para o público, bem como o seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos. Ademais, muitas quebradeiras tornaram-se líderes de cooperativas, associações políticas, sindicatos e até mesmo começaram a adentrar os espaços político-institucionais, como por exemplo chegando a exercer cargos



políticos, um reflexo da persistência, da mobilização das mulheres e do fortalecimento do MIQCB.

Concordando com essa perspectiva, Antunes (2006) afirma que as relações de gênero sofreram algumas transformações no cotidiano das quebradeiras de coco, justamente em razão da saída das mulheres do espaço restrito de suas casas em direção aos espaços de luta, onde inúmeras mulheres assumiram papéis de liderança tanto em relação às decisões tomadas no âmbito comunitário quanto à frente das negociações com os fazendeiros.

Além disso, com a formalização do movimento, de acordo com Veiga, Porro e Mota (2011), as quebradeiras ampliaram sua mobilização, não somente circunscrita a problemas locais, tais como o acesso às palmeiras de babaçu, mas incorporaram à agenda de lutas novas questões como gênero, meio ambiente, conhecimentos e saberes tradicionais ligados à biodiversidade, bem como novas formas de interação com atores nacionais e internacionais. A ampliação da visibilidade social alcançada pelo movimento, de fato, tem contribuído não só para o reconhecimento de um modo de ser e existir enquanto quebradeiras de coco babaçu, mas também para mudar as condições concretas de vida e sobrevivência dessas mulheres.

Entretanto, são muitos os obstáculos que as quebradeiras de coco e o MIQCB têm que enfrentar. Em um relatório da Organização Não-Governamental (ONG) ActionAid (2015), apenas uma minoria das quebradeiras de coco tem acesso à terra, seja por meio da reforma agrária, da regularização de áreas pelos institutos de terras estaduais e federais ou de aquisição pessoal. Grande parte das mulheres ainda continua sem terra, vivendo à margem em povoados ou cidades, tendo que realizar a coleta do coco em propriedades privadas, nas quais os latifundiários começaram a limitar o acesso às palmeiras a cobrança ilegal pela coleta ou mesmo agindo com violência. O avanço da fronteira do desmatamento, em razão da pecuária, exploração madeireira, cultivos de soja, palma, cana de açúcar e eucalipto, levou a um maior cercamento de terras, agravando o problema do acesso aos babaçuais.

Em estudo recente, Shiraishi Neto (2017) mostra que a maioria das quebradeiras de coco ainda não têm acesso à terra, geralmente habitando as chamadas “pontas de rua” ou na beira da estrada, nos espaços entre as fazendas e as rodovias. Poucas mulheres conseguiram o acesso à terra, por meio da desapropriação de algumas áreas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), outras tiveram suas terras regularizadas pelos institutos de terras dos estados, e também tiveram aquelas mulheres que conseguiram comprá-las ou herdá-las. Mas é preciso ressaltar que ter acesso à terra não necessariamente significa ter acesso aos babaçuais, ou seja, muitas mulheres ainda precisam entrar em outras áreas para coletar o coco.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Nesse contexto, as leis do “babaçu livre” ganharam força, ocupando a agenda política do MIQCB. Araújo, Carvalho e Magalhães (2004) argumentam que essas leis têm sido uma alternativa a essas diversas situações de exploração a que são submetidas as mulheres na região dos babaçuais. A proposta da referida lei é garantir o livre acesso as áreas de babaçuais em terras públicas e privadas, assim como proibir as derrubadas, queimadas e o uso de agrotóxicos.

Como o projeto de lei do babaçu livre a nível nacional, de acordo com Shiraishi Neto (2017), foi arquivado por força regimental, o MIQCB decidiu adotar outra estratégia, a da luta jurídica localizada, apresentando primeiramente a proposta às câmaras municipais para em seguida encaminhar às assembleias legislativas. Nesse contexto, a primeira lei municipal aprovada pelo movimento foi a Lei n. 05/97, no Município de Lago do Junco, no Maranhão. Esse tipo de leis, como explica Almeida (2008), relativizam a propriedade privada à medida que a separa da cobertura vegetal, garantindo que os babaçuais sejam considerados enquanto recursos naturais abertos. Embora “esses dispositivos contrastem com as leis federais, eles passam a usufruir de uma legitimidade local em virtude do peso das mobilizações em favor de sua aprovação pelas Câmaras Municipais” (p. 91).

A partir da incidência política do movimento em municípios nos quais atua, já foram aprovadas pelo menos 14 leis municipais, sendo nove delas no estado do Maranhão, quatro no Tocantins e uma no Pará. Apenas no Piauí ainda não foi aprovada nenhuma lei (ACTIONAID, 2015), embora já exista o Projeto de Lei n. 4755/2015, que trata do livre acesso das quebradeiras de coco às palmeiras de babaçu nesse estado. A aprovação dessas leis representa uma conquista positiva à medida que se trata de um dispositivo legal que instrumentaliza juridicamente a luta das quebradeiras de coco. Entretanto, há o outro lado da moeda que diz respeito, como explicam Antunes (2006) e Shiraishi Neto (2017), ao fato de que essas leis por si só não asseguram o direito ao livre acesso aos babaçuais, considerando que são raramente respeitadas e tanto os proprietários de terras quanto os Governos Federal e Estaduais mantêm suas estratégias de desenvolvimento de viés predatório, ameaçando os grupos sociais que sobrevivem do extrativismo do babaçu, como bem sabe as mulheres.

Outro grande desafio diz respeito a própria efetivação da PNPCT, problemática também para as outras comunidades tradicionais, no sentido de aprimorar a capacidade de dar visibilidade aos casos de violação de direitos das quebradeiras de coco, especialmente na atual conjuntura política, que reflete o aumento do conservadorismo no Congresso Nacional e a influência do agronegócio e outras bancadas na aprovação de projetos de desenvolvimento agrícola que impactam diretamente as quebradeiras. Por isso, dar visibilidade à luta das



quebradeiras de coco babaçu e às violações de direitos que elas vêm sofrendo é essencial para fortalecê-las e a outros povos e comunidades tradicionais (ACTIONAID, 2015).

Além disso, as mulheres quebradeiras de coco ainda vivenciam as marcas de uma tripla exclusão: a de gênero, a étnico-racial e a de classe social, como é expressado por uma das quebradeiras entrevistadas no estudo de Barbosa (2006): “Até hoje a gente é discriminada (...) se a gente é pobre, quebradeira de coco e negra a gente é discriminada” (p. 43). Podemos então pensar na questão das interseccionalidades que vêm se inserindo no rol dos debates contemporâneos sobre a questão de gênero. A partir da perspectiva interseccional, Rebelo (2012), aponta para a coexistência de diversas vulnerabilidades e violências que ocorrem de modo simultâneo, o que nos permite identificar como diferentes grupos de mulheres sofrem os mais variados mecanismos excludentes. Nesse sentido, falar em um movimento de mulheres requer uma análise a partir dos múltiplos marcadores de diferenciação que incidem sobre seus modos de vida e como eles produzem desigualdades, violência e opressão, e que também, como pontuam Biroli e Miguel (2015), produzem resistência e mobilização coletiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com o presente estudo foi sistematizar os principais achados da literatura a respeito do movimento de mulheres quebradeiras de coco, desde a sua organização bem como suas principais conquistas e as lutas atuais. Nesse sentido, observamos como as sementes do que viria a ser o MIQCB foram sendo plantadas em um terreno de efervescência política, no período da redemocratização do país, em que diversos movimentos sociais surgiram, tanto nas cidades como no campo. São inegáveis os ganhos que as quebradeiras de coco babaçu do MIQCB conseguiram ao longo de sua árdua trajetória de experiências de exclusão, de invisibilidade, de lutas físicas e simbólicas, de organização e mobilização social, que transformaram o cotidiano dessas mulheres de inúmeras formas.

Essa conjugação de elementos trouxe efeitos concretos na vida das mulheres que quebram coco, seja no Maranhão, no Piauí, no Pará ou no Tocantins, com a melhoria de suas condições de vida. Como afirma Shiraishi Neto (2017), a constituição e atuação do movimento contribuiu com a organização da agenda de luta das quebradeiras de coco, que, desde a sua emergência, vem priorizando as questões ligadas à devastação dos recursos naturais e às garantias do livre acesso e uso comum dos babaçuais. A mobilização por meio de organizações



coletivas e movimentos sociais, como o MIQCB, aparece como principal alternativa para as mulheres, inclusive, em grande parte das vezes, como único meio de denunciar as violências e sujeições que sofrem no campo, além de se constituírem em espaços de debate e proposição de ações que venham a se transformar em políticas públicas específicas para essas populações.

No entanto, vimos também o quanto as quebradeiras de coco permanecem lutando ainda por questões primordiais, como o acesso à terra e aos recursos naturais dos quais sobrevivem. Embora a lei do babaçu livre tenha sido aprovada em muitos municípios, ainda existe uma luta grande para as mulheres e para o MIQCB em garantir que essas leis sejam cumpridas efetivamente, além da luta pela aprovação da lei em âmbito nacional que ainda perdura no Congresso Nacional. Os modos de vida e os territórios das quebradeiras de coco, semelhante às demais comunidades tradicionais, têm sido ameaçados em diversas frentes, por diversos agentes, o que requer dessas mulheres articuladas ao MIQCB uma forma de resistência sem descanso frente ao avanço desenfreado do capital sobre o campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu.** [S.l.; s.n.], 2015. Disponível em: <http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2017.

AGUIAR, V. V. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, 2016. p. 261-295. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

ALMEIDA, A. W. B. **Quebradeiras de Côco Babaçu: identidade e mobilização.** São Luís: III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu, 1995.

ALMEIDA, A. W. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. Disponível em: <http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/07/Alfredo-Wagner-B-de-Almeida_Terras-Tradicionalmente-Ocupadas.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ANDRADE, M. Mutirões, empates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Lusotopie**, v. XII, n 1-2, p. 175-189, 2005. Disponível em: <<http://lusotopie.revues.org/1234>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ANTUNES, M. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, E. F.; MENACHE, R; HEREDIA, B. (Org.). **Margarida Alves: Coletânea de Estudos Rurais e Gênero.** Brasília: MDA, 2006. p. 123-149. Disponível em:



<http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/especial/coletanea_sobre_estudos_rurais_e_genero.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2017.

ARAÚJO, H.; CARVALHO, C. M.; MAGALHÃES, A. C. As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição no campo. **Direitos Humanos no Brasil**, 2004. p. 223-228. Disponível em: <<https://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio026.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

AYRES JÚNIOR, J. C. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense**. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 147 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89908/246851.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BARBOSA, V. O. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, E. F.; MENACHE, R; HEREDIA, B. (Org.). **Margarida Alves: Coletânea de Estudos Rurais e Gênero**. Brasília: MDA, 2006. p. 35-64. Disponível em: <http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/especial/coletanea_sobre_estudos_rurais_e_genero.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BARBOSA, V. O. **Mulheres do babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2013a. 266 p. Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/183/1/Barbosa%2c%20Viviane-Tese-2013.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BARBOSA, V. O. Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Org.), **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013b. p. 283-301.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, v. 20, n. 2, 2015. p. 27-55. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124/G%C3%AAnero%2C%20ra%C3%A7a%2C%20classe%3A%20opress%C3%B5es%20cruzadas%20e%20converg%C3%Aancias%20na%20reprodu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CORDEIRO, R. R. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas, 2008. 115 p. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/588/1/RENATA%20DOS%20REIS%20CORDEIRO.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.



DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PIMENTA, S. D. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2012, Florianópolis.

Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em:

<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373304837_ARQUIVO_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

REBELO, M. **Representações sociais, cotidiano e práticas políticas de mulheres quebradeiras de coco babaçu no estado do Maranhão**. Dissertação (Mestrado).

Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Jurídicas. 2012. 172 p. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7358/1/Dissertacao_RepresentacoesSociaisCotidiano.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SHIRAIISHI NETO, J. Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**, v. 14, n. 28, 2017. p. 147-166. Disponível em:

<<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/920>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, v. 2, n. 2, 2007. p. 7-9. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596/1802>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

VEIGA, I.; PORRO, N. M.; MOTA, D. M. Movimento social contemporâneo e processos de territorialização por comunidades tradicionais: a construção da identidade política do movimento das quebradeiras de coco babaçu. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 17, 2011.

Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/54/44>>. Acesso em: 14 dez. 2017.